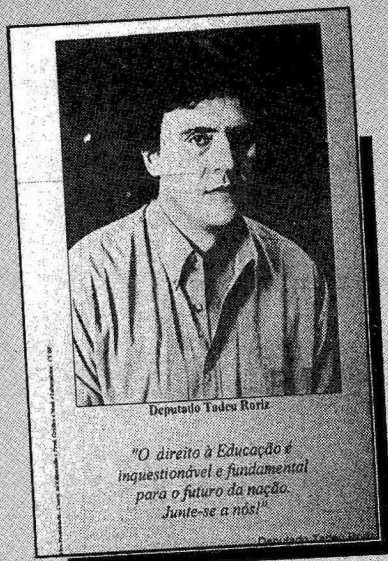


# Deputados em campanha usam e abusam da gráfica da Câmara

## OS CRAQUES DA GRÁFICA



Tadeu Roriz e Jorge Cauhy são artilheiros em publicações

**TADEU RORIZ (PP)** — Mandou imprimir este ano 4.500 cadernos com propaganda eleitoral na capa e contracapa para distribuir nas satélites.

**JORGE CAUHY (PP)** - Também imprimiu milhares de cadernos com propaganda pessoal, além de frases de apoio aos idosos. "Vamos dar mais amor, carinho e alegria aos nossos velhinhos. Cauhy, trabalho e dignidade", diz uma das mensagens.

**PEDRO CELSO (PT)** - Em novembro de 1993, o deputado petista mandou imprimir 30 mil calendários às custas dos cofres públicos, gastando mil 666 folhas de papel tamanho ofício. Imprimiu também boletins informativos na gráfica da Câmara.

**MAURÍLIO SILVA (PP)** — Em março deste ano, imprimiu 50 mil folhetos com mensagens evangélicas sobre "A segurança dos que confiam em Deus".

**GERALDO MAGELA (PP)** - Usou várias vezes a gráfica da Câmara para imprimir boletins informativos. Em julho e agosto do ano passado, imprimiu boletins contra o governador Joaquim Roriz.

## Ênio Ardohain

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) constatou que a gráfica do Legislativo está sendo usada para imprimir material de campanha e recomendou à Câmara que altere a lei que regula o uso do parque gráfico. Um conjunto de leis, aprovado entre julho de 1991 e setembro de 1992, abre pelo menos duas brechas para que os deputados distritais produzam ali material de campanha. O conselheiro Joel Ferreira, do TCDF, concluiu que não existe crime nesta prática ao dar parecer, há dois dias, no Processo 1465/94 aberto para investigar denúncia feita em março, através da imprensa, contra os deputados Tadeu Roriz (PP) e Jorge Cauhy (PL). Os deputados utilizaram a gráfica na produção de cadernos escolares com propaganda pessoal e distribuíram o material nas cidades-satélites.

Em seu parecer o conselheiro Joel Ferreira, relator do processo, mostra que a incongruência da lei que torna legal o uso da gráfica para fins pessoais está nos itens 3.2 e 3.2.1 do anexo do ato da Mesa Diretora 034/92. Através destes itens, o deputado fica livre para "usar os serviços da gráfica na produção de material não-relacionado às atividades parlamentares". No texto do relatório, Joel Ferreira destaca que os deputados sempre estarão impunes porque podem se apoiar em preceitos de leis maiores (como a Constituição que diz que é obrigação do Estado incentivar a educação) para justificar a prática de uso da gráfica para fortalecer sua imagem perante seus eleitores.

A outra brecha na legislação aprovada pelos próprios parlamentares do DF diz respeito à quantidade de material a que ca-



*"Essa legislação teve como base a do Senado Federal"*

**ROSE MARY MIRANDA**  
presidente em exercício

da um tem direito. Enquanto o ato da Mesa Diretora 044/92 estabelece que as cotas mensais não se acumulam de um mês para o outro, a Resolução 023/91 permite ao deputado retirar sua cota integralmente no final de cada semestre. A mesma resolução garante às lideranças dos partidos e blocos parlamentares uma cota de 12 mil impressos sem determinar que tipo de uso deve ser dado a este material.

A presidente em exercício da Câmara Legislativa, deputada Rose Mary Miranda (PP), reconhece as falhas da lei e disse que os próprios parlamentares estão se policiado e evitando encaminhar serviços de divulgação pessoal ou de campanha para a gráfica. "Essa legislação foi concebida com base na que é utilizada pelo Senado Federal", defende-se a deputada.